

## Célia, educadora sempre presente!

Maria Felisberta Baptista da Trindade<sup>119</sup>

O curso de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criado no 2º semestre de 1971. Era reitor da UFF o professor Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa, entusiasta da pós-graduação *Stricto Sensu* e da pesquisa, e que tinha como um dos objetivos de sua gestão estender a outras unidades da UFF a experiência positiva que vinha sendo obtida pelo curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Matemática, pois considerava que havia suficiente massa crítica para tal iniciativa... Para seu cumprimento, reservavam, no início do Programa, um número de vagas para professores da Faculdade de Educação (70%), para outras unidades da UFF (13%), para outras universidades (10%) e, finalmente, 7% para candidatos que ainda não haviam ingressado no magistério superior.

Naquele momento eu exercia no SENAC/ARRJ a função de Orientadora Pedagógica. Trabalhava, também, no magistério. Pertencia ao quadro do Instituto de Educação Clélia Nanci, no município de São Gonçalo, e lecionando em Cursos de Formação de Professores para a educação básica, na rede privada de ensino.

---

<sup>119</sup> Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (2001), “Personalidade Educacional” (Associação Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Imprensa e Jornal Folha Dirigida, 2004), Medalha Tiradentes (Assembléia Legislativa do RJ, 1997). Ex-Secretária de Educação de Niterói, ex-Presidente da Fundação Municipal de Educação e atual Presidente do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói.

Concorri na prova de seleção para as vagas dos que ainda não ministravam aula no nível superior de ensino e consegui aprovação. Fiz parte, portanto, da 1ª turma do Mestrado em Educação, da recém-criada Faculdade de Educação, surgida, em 1970, em decorrência do Decreto-Lei nº 53, de novembro de 1966. “Ei-nos, enfim diante da faculdade de Educação, realidade que emergiu da reforma universitária brasileira” (Barcellos, 2009).

A criação da Faculdade Educação foi um momento significativo para a UFF visto que, apesar de implantada em 1970, tinha uma trajetória anterior no espaço fluminense, sendo uma consequência da agregação da Faculdade Fluminense de Filosofia à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), em 18 de dezembro de 1960. Esta recebeu, então, a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A UFERJ passou, logo depois, a ser denominada Universidade Federal Fluminense (UFF).

Cursando o Mestrado, coordenado pela professora Teresinha de Jesus Gomes Lankenau, tive como professores Austa Gurgel, Paulo de Almeida Campos, Marília Salema Lontra Sampaio, Lúcia Monteiro Fernandes, Ataliba Vianna Crespo, Eulina Fontoura de Carvalho, Maria Helena Novais Lira, Therezinha Lorena Sant’Anna da Costa, Maria Luiza Semineri e Amílcar Gomes de Azevedo. Era nossa professora de Filosofia da Educação a professora Austa Gurgel. Em um dia de sua aula, ela entra em sala, no prédio da rua Dr. Celestino, acompanhada de uma jovem. Austa apresenta à turma a professora Célia Frazão Soares Linhares e nos comunica que daquele momento em diante ela assumiria a cátedra de Filosofia da Educação.

Apesar do contexto histórico de nosso país, de uma ditadura civil-militar implantada no Brasil em 31 de março de 1964, Célia conseguia, com a uma habilidade revelada no seu histórico de vida, estimular a turma para uma postura reflexiva a partir do conhecimento filosófico das diferentes correntes de pensamento, numa linha integradora de espaço e tempo.

Na época, assumi um contrato como docente do departamento de Fundamentos Pedagógicos, exercendo, então, o magistério de alguns componentes curriculares para turmas de Pedagogia e de Licenciatura: História da Educação e Psicologia do Adolescente e da Aprendizagem. Não tinha a oportunidade de contatos com a professora Célia Linhares no

espaço de trabalho. Outrossim, por exigência de Atestado Ideológico não permaneci, na época, na Faculdade de Educação da UFF, porém, acompanhava, através das notícias acadêmicas, a participação competente de Célia, não só no exercício do magistério, como na construção de uma nova Faculdade de Educação e do seu Mestrado.

O curso do Mestrado em educação recebeu dos órgãos competentes o seu credenciamento, sendo sua gestora a professora Célia Frazão Soares Linhares. Algum tempo depois este obteve o conceito “A”, na avaliação da CAPES, cujo coordenador, na época, era o professor Dr. Alfredo Gomes de Faria Junior.

Significativa foi, também, a participação de Célia Frazão Soares Linhares no Movimento Nacional dos Educadores. Não somente ao que se refere à formação inicial, como a também à continuada. A sua participação não se limitava aos fatos educacionais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro; atuava num entrosamento com os demais educadores, levando a sua participação para uma abrangência nacional.

Célia esteve presente nas manifestações realizadas, a partir da década de 1980, quando da 1ª Conferência Brasileira de Educação. Torna-se importante lembrar o Encontro Nacional, em 1983, promovido pelo SESU/MEC, em Belo Horizonte, onde foi aprovado o histórico “documento de Belo Horizonte”, contando com o apoio das entidades nacionais de educadores: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato nacional (ANDES); Centro de estudos Educação e Sociedade (CEDES); Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). No referido documento, algumas propostas tiveram caráter histórico frente às circunstâncias políticas vivenciadas, ao lado das lutas pela Anistia ampla, geral e irrestrita e por eleições diretas para Presidência da República, principalmente, para os perseguidos políticos brasileiros do golpe militar de 1964.

Naquela época, algumas bandeiras foram defendidas pelos educadores, com o apoio inclusive do movimento estudantil liderado pela União Nacional dos Estudantes. Entre elas, torna-se importante recordar, a defesa da autonomia universitária, a gratuidade do ensino em todos os níveis, a reformulação das leis 5.540/1968 (Ensino Superior) e 5.692/71 (Educação Básica) e as eleições diretas para todos os níveis de gestão universitária.

No Encontro de Belo horizonte surgiu a proposta de criação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), que ficou sediada em Goiânia, tendo como principal preocupação a mobilização dos professores e estudantes em torno da necessidade de reformular os currículos das licenciaturas.

Entre agosto e setembro de 1981, organizados pela Secretaria de Ensino Superior do ministério da Educação (SESU/MEC), ocorreram sete seminários regionais sobre a reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação. Os seminários não envolveram a maioria significativa de educadores na discussão, não conseguindo o aprofundamento da temática.

Célia Linhares esteve nos Encontros onde o conjunto de educadores presentes defendeu a inclusão da temática “o papel da teoria e da prática como núcleo integrador indissolúvel da formação profissional do educador”.

O documento histórico de Belo Horizonte apresentava também os Princípios Gerais em sintonia com as reivindicações defendidas, mais tarde, no processo de elaboração da Constituição Brasileira e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nos encontros posteriores tivemos a participação de Célia, sendo significativo lembrar também o IV Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, que teve a convocação extraordinária em julho de 1989, face à necessidade de se obter um posicionamento dos educadores diante da elaboração, pelo parlamento, da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). O evento teve a duração de quatro dias, nos quais os participantes dedicavam-se ao trabalho em grupo e, posteriormente, reuniram-se em plenária para análise e aprovação do conteúdo do documento final. Estiveram presentes no referido evento a representação de 19 estados, com um total de 87 participantes.

Embora a preocupação principal do Encontro fosse a discussão a respeito da LDBN, os participantes procuraram avançar em questões consideradas pré-requisitos à própria proposta da nova lei, sendo elas: revisão dos princípios do movimento de reformulação dos cursos de formação de educador, elaborados em 1983, e a inclusão de questões diversas que deveriam merecer atenção especial para futuro encaminhamento legal. Porém, ocorreu,

naquele momento, a reafirmação e expansão dos princípios gerais do movimento dos educadores aprovados em Belo Horizonte, em 1983.

Além desses princípios, surgiram propostas que completaram as demais. Merece destaque a que envolvia a extinção do Conselho Federal de Educação, com a criação do Conselho Nacional de Educação, mas mantendo os Conselhos Estaduais e criando Conselhos Municipais de Educação. Esta era uma das formas de se garantir a representação da sociedade civil organizada na composição destes Conselhos, através das entidades sindicais, dos pais e dos alunos. Além disso, defendia-se a liberdade acadêmica e científica, significando a realização de experiências pedagógicas de livre escolha, tornando-as temas prioritários de pesquisa com a garantia de financiamento pelo Estado. Outra proposta importante envolvia a fixação de critérios de seleção, admissão, promoção e habilitação dos estudantes de nível superior.

No que se refere à liberdade acadêmica, a postura dos educadores presentes foi de que os Cursos de Formação de Educadores deveriam ter a liberdade para propor e desenvolver currículos com experiências pedagógicas, porém, a partir de uma base comum nacional.

A proposta da **base comum nacional** dos Cursos de Formação de Educadores consistia numa perspectiva que negava a existência de um currículo mínimo com um elenco obrigatório de disciplinas. Propunha a existência de dois componentes fundamentais: a concepção básica da formação do educador e a composição de um corpo de conhecimento fundamental a essa formação.

No que tange aos cursos específicos de Licenciatura, o documento final aprovado no IV Encontro Nacional propunha que nas instituições onde coexistem cursos de licenciatura e bacharelado numa mesma área, não deveria haver separação inicial na proposta curricular, no que se referia ao seu conteúdo específico, evitando-se a discriminação nas duas formações, e o privilégio da formação do bacharel.

Quanto às disciplinas pedagógicas, para que se tornassem um espaço de efetiva integração, previram organizar atividades comuns entre as diversas licenciaturas para

debater questões regionais, objetivando integrar a formação dos futuros profissionais à sua realidade concreta.

Nas recomendações do referido Encontro, diante da constatação do contexto brasileiro com suas múltiplas realidades, surge a proposta de realização de cursos de formação de educadores dirigidos para a educação indígena, tendo em vista a sua implantação nas regiões onde houvesse necessidade.

Também, não se pode esquecer que Célia, no exercício da docência na Universidade Federal Fluminense, liderou a organização e realização do “I Encontro Estadual Pró-Formação do Educador do Estado do Rio de Janeiro”, cujo tema central era “A formação do educador na construção da democracia”. O Encontro foi realizado nos dias 4,5 e 6 de maio de 1989, no Cinema da Universidade Federal Fluminense, com a participação no ato de abertura de cerca de 500 professores.

Esse Encontro contou com o apoio de grandes e diferentes universidades, associações, coordenações, secretarias municipais e estadual e poder legislativo. Além da Universidade Federal Fluminense (UFF), estiveram presentes representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC), da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (SEEC/RJ), da Secretaria Municipal de Educação de Niterói (SMEN), da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (SMESG), da Associação de Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ), da Associação Nacional dos Administradores em Educação (ANPAE), da Associação de Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ), da Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF), do Diretório acadêmico Anísio Teixeira da Faculdade de Educação da UFF, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Coordenação Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) e da Coordenação Regional da CONARCFE Região Sudeste.

A conferência de abertura, cujo tema central era “A formação do educador na construção da democracia”, foi proferida pelo professor Florestan Fernandes, que a iniciou fazendo um retrospecto sobre a formação do educador no Brasil e as influências assimiladas com base em duas concepções: uma que buscou suas raízes na Europa; e a outra, nos saberes produzidos nos Estados Unidos. Florestan evidenciou nossa veneração por padrões culturais estranhos a nós. Revelou que o que estava em jogo era liberar a escola de todas as cadeias que a prendem, bem como a romper com o isolamento da escola na sua relação com a comunidade. Citando Anísio Teixeira, pontuou que este defendia a importância da escola ser dinâmica e viver numa relação dialética com a comunidade.

Florestan Fernandes abordou a necessária construção da democracia também na educação e ressaltou que para o processo educacional ser democrático seria necessário uma participação dos educadores e da população. Lembrou-nos de que a educação não é uma questão tão especializada que só tecnicistas, que só especialistas de alto nível poderiam enfrentar. “Ela é uma coisa do dia-a-dia. É uma atividade que nos diz respeito. Precisamos de conhecimento, todos precisam, mas são necessários consciência crítica da realidade e desejo de transformá-la.” O palestrante afirmou ainda que teoria e prática são faces inseparáveis de um mesmo processo formativo. Na sua conclusão, Florestan Fernandes situa que os professores precisam realizar tarefas de longo alcance, mais importantes que as tarefas dos políticos, dos empresários, dos “donos do mundo”. Um alerta estava na fala do sociólogo e educador: que os estudantes têm não só que adquirir consciência crítica da realidade; eles precisam exercer os papéis que cabem à juventude, ao estudante, em uma sociedade democrática.

Cabe, também, destacar a Conferência realizada pela professora uruguaia Ema Massera que trouxe as experiências educacionais do Uruguai, ressaltando o processo histórico vivenciado, em seu país, no que tange à formação do educador e ao sistema educacional.

Outras falas significativas ocorreram no Ato de Abertura, a do professor Luís Carlos de Freitas, a do professor Antônio Carlos Ronca e a da professora Célia Frazão Soares Linhares, como membro dirigente do Encontro.

Nos trabalhos de grupo, várias contribuições para a futura LDBN foram emitidas, constituindo-se nas “Contribuições ao I Encontro Estadual Pró-Formação do Educador”. Entre elas, cabe lembrar as seguintes conclusões que indicavam:

“Que a nova LDB garanta:

- A) a existência de planos de carreira de professores e especialistas de educação, a nível nacional, que definam padrões de formação, ingresso, progressão, salário profissional e aposentadoria; concurso público para ingresso na carreira em todos os níveis do sistema oficial; exigência de experiência mínima de dois anos de magistério de 1º ou 2º graus para as habilitações do curso de pedagogia;
- B) a eleição democrática de reitores, diretores de departamentos e institutos, secretários de educação, conselheiros do Conselho Federal de Educação, Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação, realizada pela comunidade de professores, alunos e funcionários;
- C) a autonomia da escola na formulação de um projeto que atenda às necessidades reais da comunidade na qual está inserida, condição básica para a materialização da função social, política e cultural da escola;
- D) a exigência de formação pedagógica e/ou de experiência em pesquisa na área de educação para que o profissional de outras áreas possa atuar na educação;
- E) o acesso e a permanência do aluno na escola, através de maior número de vagas, contratação de número suficiente de profissionais da educação, programas de treinamento e qualificação desses profissionais, expansão da rede de escolas de acordo com o número de crianças em idade escolar;
- F) a articulação entre 1º, 2º e 3º Graus;
- G) a existência, nas instituições de ensino de 1º e 2º graus, de profissional responsável pela coordenação de um projeto pedagógico interdisciplinar, apresentando esse profissional uma formação em educação, na área de Supervisão Escolar;
- H) que a participação no projeto pedagógico respeitando às especificidades de cada área, da Supervisão, Orientação e Administração – condição imprescindível para o trabalho interdisciplinar;
- I) aos profissionais de educação do serviço público enquadramento imediato por formação;
- J) as condições plenas de reciclagem e atualização permanente para todos os profissionais que atuam na escola, através da destinação de recursos financeiros para a participação em Congressos, Seminários, Encontros e Cursos.

Como pressupostos fundamentais para a nova LDB, foram apuradas as seguintes proposições:

- A) elaboração com a participação de educadores, aluno e entidades representativas dos educadores e da sociedade civil;

B) garantia de uma escola unitária, a nível nacional, através de um núcleo comum.

Outros textos importantes foram elaborados pelos participantes no “I Encontro Estadual Pró-Formação do Educador”, sendo que, após 24 anos, muitas constatações ainda estão presentes no que se refere à educação brasileira. Sendo assim, transcrevemos para reflexão o seguinte parágrafo do documento-síntese:

A existência do homem no mundo se acha assinalada pela busca do conhecimento. Conhecer é questão do ser. Conhecer é nascimento da humanização do homem; é seu erguer-se e mostrar-se no pensamento. Isto porque o conhecimento é meio de convivência, de compreensão da realidade presente, em seu vigor de agora e como antecipação do por - vir.

Célia, além de sua militância marcante no movimento nacional e estadual de educadores, sempre se colocou à disposição de organizações educacionais comprometidas com a educação de qualidade socialmente referenciada, como, outrossim, com as secretarias municipais de educação e escolas públicas que necessitam de seu apoio. Participou, em Niterói, de modo efetivo nas diferentes versões das Conferências Municipais de Educação, preparatórias dos Encontros Nacionais, nestes últimos anos. É rica em seu curriculum vitae a sua participação em aulas inaugurais, em todos os níveis de ensino. Sempre esteve aberta à participação ativa nos diversos encontros e congressos, como também, em cursos de atualização do magistério. É significativo lembrar que suas pesquisas nacionais sobre a formação do educador vêm contribuindo para o acervo de conhecimentos sobre a realidade educacional do nosso país. Sendo que, Célia tem uma prática compatível com seus preceitos teóricos, e vem se posicionando, através dos anos, na visão histórica assumida pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), da qual ela foi uma das fundadoras, tendo participado, inclusive, em vários momentos, de sua diretora.

A ANFOPE reconhece a docência no interior de um projeto formativo do humano, distante da visão reducionista, já ultrapassada, de uma ação educativa calcada no conjunto de métodos e técnicas neutros, descolada de uma dada realidade histórica. Assume a concepção de uma docência que contribua para a instituição de sujeitos e que se configure

sobre uma base comum nacional de formação capaz de contribuir para a organicidade do trabalho docente com suas múltiplas facetas e espaços.

A concepção abraçada por Célia, coerente com a trajetória de luta dos educadores brasileiros, consubstancia-se nos seguintes princípios:

A) Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como, o domínio dos conteúdos a serem iniciados pela educação básica que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;

B) Unidade entre teoria e prática resgatando a práxis da ação educativa;

C) Gestão democrática como mecanismo de luta pela qualidade do projeto educativo, garantindo o desenvolvimento de prática democrática, com a participação de todos os segmentos integrantes do processo educacional;

D) Compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de educador, estimulando a análise política da educação e das lutas históricas desses profissionais professores articulados com os movimentos sociais;

E) Trabalho coletivo e interdisciplinar propiciando a unidade do trabalho docente, numa contra-ação ao trabalho parcelarizado e pulverizado, resultante dos modos de produção da sociedade capitalista;

F) Formação continuada que se articula com a formação inicial, orientada pelo princípio da formação ao longo da vida;

G) Avaliação contínua dos processos de formação do educador (cf. Documentos Finais, ANFOPE, 1983, 1986, 1998, 2004, 2008, 2010).

Na abordagem da figura de Célia, como docente da UFF, cabe lembrar a sua trajetória acadêmica calcada na valoração de uma Universidade cujas funções básicas ensino, pesquisa e extensão estejam sob a égide da consolidação de um Sistema Nacional de Educação consonante com a perspectiva de um país capaz de vivenciar a superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de identidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola.

Cabe ainda lembrar que, no nosso cotidiano, estava a presença marcante de Célia nos movimentos internos da Faculdade de Educação, na década de 1990. Com a sua alegria,

entusiasmo e otimismo, inerentes a sua personalidade, se posicionava inteligente e audaciosamente nos colegiados da Faculdade de Educação da UFF (FEUFF) e no Conselho Superior da Universidade (CUV), sob a certeza de que no dia-a-dia de nossas vidas haverá sempre uma valoração da ideia de que somos seres sociais, sujeitos de ações construídas na relação da individualidade com a sociedade, e cujos atos cotidianos contém as marcas dos Valores demonstrativos de nossa concepção de homem e de sociedade.

Célia nos faz lembrar, pelas suas ideias e práticas de vida entrelaçadas, a referência de Georges Snyders ao expor suas concepções em “Feliz na Universidade”:

Estar unido aos homens, sem se confundir numa magma em que se perderiam as diversidades, as variedades individuais, as variedades de grupos e de tempos: ligar a riqueza própria de cada um aos diferentes recursos que os outros constituem, unir-se em suas próprias diferenças, em vez de senti-las como motivos de oposição (Snyders, 1995).

Célia, nós lhe respeitamos pela sua autenticidade e companheirismo, num bem-querer forjado na troca de uma verdadeira amizade e pelo muito que você representa na educação brasileira e nos ideais da construção de uma sociedade mais justa e humana para o nosso país.

## REFERÊNCIAS

- ANFOPE. Documento Final do 4º Encontro Nacional. Belo Horizonte, 1989. (impresso). Disponível em [www.lite.fae.unicampi.br/Anfope](http://www.lite.fae.unicampi.br/Anfope).
- BRZEZINSKI, Iria (org.). Anfope em movimento -2008-2010. Brasília: Liber Livro, ANFOPE: CAPES, 2011.
- CARINO, J. e SOUZA, D. B. (orgs.) Pedagogo ou Professor? O processo de reestruturação dos Cursos de Educação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartel, 1999.
- FARIA, Hilda e MOTA, M.L.B. (orgs.) Memória da Faculdade de Educação da UFF, 1946-2007, Niterói: Editora da UFF, 2009.
- LINHARES, C.F.S. e outros. Memória do I Encontro Estadual Pró-Formação do Educador. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1989.
- SNYDERS, Georges. Feliz na universidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.